

Companhia Energética do Jari – CEJA

CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023				
Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.				
A Administração				
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM				
(Em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.103	249.812	
Concessionárias	5	45.846	43.684	
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	17.342	7.317	
Outros tributos compensáveis	6	3.936	6.851	
Estoques	11	4.858	5.011	
Cauções e depósitos vinculados	9		785	
Prêmio de risco - GSF	10	2.294	2.294	
Outros créditos	12	1.198	4.934	
Total do Ativo Circulante		150.577	320.688	
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	9	22.294	24.783	
Prêmio de risco - GSF	10	9.748	12.042	
Outros Créditos	12	725	1.544	
		32.767	38.369	
Imobilizado	13	1.005.301	1.013.139	
Intangível	14	440.682	454.271	
		1.445.983	1.467.410	
Total do Ativo Não circulante		1.478.750	1.505.779	
TOTAL DO ATIVO		1.629.327	1.826.467	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	15	106.705	112.897	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	54.289	54.098	
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	1.382	1.701	
Outros tributos a recolher	6	13.211	12.518	
Dividendos	16	59.912	55.122	
Uso do bem público	18	2.822	3.024	
Provisões	19	5.998	2.510	
Outras contas a pagar	12	2.218	2.983	
Total do Passivo Circulante		246.537	244.853	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	17	341.451	390.266	
PIS e COFINS diferidos	7	20	15	
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	110.376	113.739	
Uso do bem público	18	31.367	33.143	
Provisões	19	10.329	6.143	
Outras contas a pagar	12	18	9	
Total do Passivo Não circulante		493.561	543.315	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	20.1	650.824	850.824	
Reservas de lucros	20.3	238.405	187.475	
Total do Patrimônio líquido		889.229	1.038.299	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.629.327	1.826.467	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)				
	Nota	2023	2022	
Receitas	21	338.638	315.195	
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	22			
Custo do serviço de energia elétrica		(68.133)	(45.213)	
Custo de operação		(49.665)	(50.386)	
		(117.798)	(95.599)	
Lucro bruto		220.840	219.596	
Despesas e Receitas operacionais	22			
Despesas gerais e administrativas		(25.143)	(20.895)	
Outras despesas e receitas operacionais		(181)	(1.468)	
		(25.324)	(22.363)	
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		195.516	197.233	
Resultado financeiro	23			
Receitas financeiras		35.886	27.458	
Despesas financeiras		(35.902)	(50.256)	
		(16)	(22.798)	
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		195.500	174.435	
Tributos sobre o lucro	24			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.578)	(8.618)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.363	4.149	
		(6.215)	(4.469)	
Lucro líquido do exercício		189.285	169.966	
Resultado por ação atribuível aos acionistas	25			
Resultado básico/diluído por ação (Reais/Ações)		7.33833	6.58936	
ON				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)				
	2023	2022		
Lucro líquido do exercício	189.285	169.966		
Resultado abrangente do exercício	189.285	169.966		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)				
	2023	2022		
Geração do valor adicionado	416.393	393.665		
Receita operacional	391.173	367.065		
Receita relativa à construção de ativos próprios	24.922	24.275		
Outras receitas	298	2.325		
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(116.014)	(93.865)		
Custos da energia comprada	(41.854)	(18.574)		
Encargos de uso da rede elétrica	(33.207)	(31.131)		
Materiais	(6.961)	(9.924)		
Serviços de terceiros	(33.334)	(31.784)		
Outros custos operacionais	(658)	(2.152)		
Valor adicionado bruto	300.379	300.000		
Retenções				
Depreciações e amortizações	(52.715)	(50.563)		
Valor adicionado líquido produzido	247.664	249.437		
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	37.641	28.801		
Valor adicionado total a distribuir	285.305	278.238		
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	5.484	5.263		
Benefícios	1.880	1.576		
FGTS	562	493		
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	48.477	46.632		
Estaduais	3.714	4.051		
Municipais	1	1		
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	35.902	50.256		
Remuneração de capital próprio	70.485	64.849		
Juros sobre capital próprio		67.870		
Dividendos	166.505	240.991		
Lucros retidos	118.800	37.247		
	285.305	278.238		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)									
1 Contexto operacional									
A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia ou CEJA) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil), com sede no município de São Paulo - SP. Possui como objeto social as atividades de geração de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.									
1.1 Concessão									
A ECE Participações detinha o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/02, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 19 de novembro de 2019 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 8.369, autorizou a transferência da Concessão da ECE Participações para a Companhia Energética do Jari - CEJA para explorar a UHE Jari. A presente autorização vigorará pelo prazo remanescente, sub-rogando-se a CEJA em todos os direitos e obrigações que dela decorrem, com as seguintes características:									
	Empresa	Usina	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Concessão	
	Companhia Energética do Jari - CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	PA/AP	Produtor Independente	Concessão	392,95	211,30	21/12/1987	28/10/2045
O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 211,30MWm: (i) 190,00MWm foram comercializados em dezembro de 2010 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo preço estabelecido de R\$104,18 por MWh, atualizado em 31 de dezembro de 2023 para R\$216,83 por MWh, pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e (ii) 20,90MWm de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R\$82,20 por MWm, atualizado em 31 de dezembro de 2023 para R\$147,72 por MWh, até dezembro de 2044 também reajustado anualmente pelo IPCA.									
O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.									
A extensão é decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 113 dias, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. Em 26 de abril de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.715 com a extensão de 301 dias no prazo da outorga da UHE Santo Antônio do Jari.									
Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.									
1.1.1 Uso do bem público - UBP									
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jari, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$2.911 corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$34.189 (R\$36.167 em 31 de dezembro de 2022) (Nota 18). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.									
1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D									
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.									
2 Base de preparação									
2.1 Declaração de conformidade									
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as <i>International Financial Reporting Standards</i> - IFRS, emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.									

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 1º de março de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota Nota 26.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia revise o baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 19.1); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.2.1); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 19.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:



...continuação

Companhia Energética do Jari – CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.8 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC					
Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência	
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronuncia-mento	01/01/2023	
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement</i> 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronuncia-mento	01/01/2023	
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronuncia-mento	01/01/2023	
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronuncia-mento	01/01/2023	
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronuncia-mento	01/01/2023	
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17</i> (2020) e <i>Initial Application of IFRS 17</i> e IFRS 9 - <i>Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronuncia-mento	01/01/2023	
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronuncia-mento	04/08/2023	
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023	
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS1/ IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2024	
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronuncia-mento	01/12/2023	
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronuncia-mento	01/01/2025	

2.9 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência	
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronuncia-mento	Indeterminado	

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em períodos futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício
3.1 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHES Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 220MW para 211,3MW.
REN nº 1.063/2023 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063/2023, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	A Companhia está cumprindo as exigências estabelecidas quanto a segurança de barragens, caso a Companhia não atenda, poderá sofrer penalidades que podem chegar a 2% da sua receita.

3.2 Redução de Capital social

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 26 de outubro de 2023, deliberou pela redução de seu capital social no montante de R\$200.000 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social.

4 Caixa e equivalentes de caixa			
	31/12/2023	31/12/2022	
Bancos conta movimento	14.455	8.610	
Aplicações financeiras - renda fixa			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	60.648	241.202	
Total	75.103	249.812	
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.			
Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras da Companhia estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.			
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.			
As aplicações são consolidadas por contraparte e por <i>rating</i> de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.			
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.			
As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.			

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 16) a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentadas como segue:

				Ativo				Passivo				Resultado			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacional			
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022		
Relacionamento				Preço praticado (R\$/MWh)	Duração										
Concessionárias (Nota 5)															
Venda de energia elétrica															
EDP Espírito Santo		Controle comum	209,02	01/01/2016 a 31/12/2044	842	749							7.172	6.610	
EDP São Paulo		Controle comum	285,80	01/01/2016 a 31/12/2044	1.299	890							10.735	9.969	
					2.141	1.639	-	-	-	-	-	-	17.907	16.579	
Fornecedores (Nota 15)															
Suprimento de energia elétrica															
Energest		Controle comum	139,31	01/01/2017 a 31/12/2046										(779)	
Encargos de uso de rede															
Mata Grande Transmissora		Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033					1				(9)	(4)	
EDP Transmissão Aliança		Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044					17	19			(221)	(198)	
EDP Transmissão Litoral Sul		Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044					2	2			(26)	(16)	
EDP Goiás		Controle comum		01/04/2013 a 01/12/2044					12	11			(137)	(115)	
EDP Transmissão SP-MG		Controle comum		01/04/2013 a 01/12/2044					19	31			(255)	(210)	
Contrato de prestação de serviços (a)															
EDP Goiás		Controle comum		01/06/2022 a 30/06/2026					52	348			(610)	(348)	
					-	-	-	-	103	411	-	-	(1.258)	(1.670)	
Outras contas a pagar (Nota 12)															
Contrato de prestação de serviços (a)															
EDP Trading		Controle comum		01/10/2019 a 31/05/2022										(225)	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)															
EDP - Energias do Brasil		Controladora em conjunto		01/01/2022 a 31/12/2026									17	8	(236)
					-	-							17	8	(461)
					2.141	1.639	236	236	103	411	17	8	16.649	14.448	

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

a) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R\$1.476, a serem pagos em parcelas mensais de R\$41, atualizado anualmente pelo IPCA.

As partes celebraram o primeiro termo aditivo com vigência de 6 meses, a partir de 1º de janeiro de 2022 até 30 de junho de 2022. O valor total dos serviços contratados é de R\$299, a serem pagos em parcelas mensais de R\$50, atualizado pelo IPCA para o exercício.

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto a ONS, com vigência de 12 meses, a partir de 01 de junho de 2022 e término em 30 de junho de 2023, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R\$597, a serem pagos em parcelas mensais de R\$50, atualizado anualmente pelo IPCA. Este contrato foi submetido à anuência prévia da ANEEL.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço. Com vigência até 30 de junho 2023, e em 15 de maio de 2023 foi celebrado termo aditivo a esse contrato com o objetivo de prorrogar seu prazo até 30 de junho de 2026.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

A operação realizada com as contrapartes informadas neste contrato ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controladoras direta e finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A. e a CTG Brasil, sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

8.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não apresentou dispêndios no exercício com os profissionais chaves da Administração.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	19.1	1.301		115	(10)	(92)	1.314
Depósitos vinculados	9.1	24.267	17.844	2.895	(23.826)		20.980
Total		25.568	17.844	2.810	(23.836)	(92)	22.294
Circulante		785					
Não Circulante		24.783					22.294

5 Concessionárias

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	45.846	43.028
Energia de curto prazo		656
Total	45.846	43.684

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram materiais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.5.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em Nota 31/12/2022	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclas-sificação	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2023
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.317			1.098	9.045	(5.756)		5.638	17.342
Total Circulante	7.317	-	-	1.098	9.045	(5.756)	-	5.638	17.342
Outros tributos compensáveis									
ICMS	287				7			(170)	124
PIS e COFINS	6.2	3.348	8.352		350	(135)		(8.352)	3.563
IRRF sobre aplicações financeiras		2.965	9.760					(12.723)	2
Retenções de Tributos Federais de órgãos públicos	251		(4)						247
Total Circulante	6.851	18.112	(4)		350		(135)	- (21.245)	3.936
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.701	9.578			(2.812)			(7.085)	1.382
Total Circulante	1.701	9.578	-		(2.812)		-	- (7.085)	1.382
Outros tributos a recolher									
ICMS	219	4.127			(4.064)			(170)	112
PIS e COFINS	2.217	36.051			(21.975)	(5.875)		(8.352)	2.082
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	123	1.795			(1.839)		(9)		78
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	9.727	10.573		(9.711)	(16)			10.573
Encargos com pessoal		229	1.756		(1.737)			1	249
Outros		3	110		(4)			8	117
Total Circulante	12.518	54.412	-		24	(39.330)	(5.891)	- (8.522)	13.211

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que se liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$10.573 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2023, que será liquidado em janeiro de 2024.

6.2 PIS e COFINS

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$3.563 (R\$3.348 em 31 de dezembro de 2022) de créditos de PIS e COFINS, refere-se a créditos originados da aquisição de insumos de energia elétrica, uso da rede, materiais e serviços, que estão sendo compensados com os respectivos débitos desses impostos, na medida que os faturamentos de energia elétrica estão sendo realizados.

7 Tributos diferidos

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS		20	15
Imposto de renda e contribuição social	7.1	110.376	113.739
Total		110.396	113.754

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Natureza dos créditos						
Prejuízos fiscais	29.362	29.221			141	(738)
Base negativa da contribuição social	2.502	6.077			(3.575)	(3.263)
	31.864	35.298	-	-	(3.434)	(4.001)
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.022	1.100			(78)	197
Compra vantajosa			137.908	144.475	6.567	6.567
Uso do bem público - CPC 25	22.176	24.025	15.072	16.463	(458)	715
Direito de concessão - Outros			4.720	4.937	217	217
Licenças ambientais	4.309	1.626	6.392	4.291	582	481
Outras	227	221	5.882	5.843	(33)	(27)
Total diferenças temporárias	27.734	26.972	169.974	176.009	6.797	8.150
Total bruto	59.598	62.270	169.974	176.009	3.363	4.149
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(59.598)	(62.270)	(59.598)	(62.270)		
Total	-	-	110.376	113.739		

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.4 Encargos setoriais						
As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:						
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	12.4.1	1.305	9.966		(10.902)	369
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	12.4.2	324	3.282	(112)	(3.139)	355
Outros encargos		112	1.490		(1.477)	125
Total Circulante		1.741	14.738	(112)	(15.518)	849
12.4.1 Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)						
O montante de R\$369 refere-se ao saldo a pagar, conforme a resolução nº 67/2001 da ANEEL, onde estabelece o pagamento mensal do citado encargo pelos concessionários e autorizados para a produção de energia hidrelétrica. . A redução do saldo no exercício ocorreu devido à redução de geração hídrica entre os períodos de 71.177MWh.						
12.4.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D						
Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.						

13 Imobilizado						
São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.						
O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.						
A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.						
No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria própria.						
13.1 Composição do imobilizado						

	31/12/2023				31/12/2022			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terenos		759		759		759		759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,05	405.472	(77.444)	328.028	2,05	405.472	(69.126)	336.346
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,13	353.309	(69.910)	283.399	2,13	353.309	(62.383)	290.926
Máquinas e equipamentos	2,99	424.085	(115.228)	308.857	2,99	424.085	(102.564)	321.521
Veículos	14,29	1.362	(1.352)	10	14,29	1.362	(1.207)	155
Móveis e utensílios	6,25	78	(22)	56	6,25	78	(17)	61
		1.185.065	(263.956)	921.109		1.185.065	(235.297)	949.768
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	2.919	(907)	2.012	3,33	2.919	(810)	2.109
Máquinas e equipamentos	3,23	37.105	(11.101)	26.004	3,23	37.105	(9.904)	27.201
		40.024	(12.008)	28.016		40.024	(10.714)	29.310
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	143	(26)	117	3,33	142	(21)	121
Máquinas e equipamentos	15,17	192	(114)	78	15,17	192	(88)	104
Veículos	14,29	50	(38)	12	14,29	49	(30)	19
Móveis e utensílios	7,99	500	(257)	243	7,99	500	(217)	283
		885	(435)	450		883	(356)	527
Total do Imobilizado em serviço		1.225.974	(276.399)	949.575		1.225.972	(246.367)	979.605
Imobilizado em curso								
Geração		55.294		55.294		33.203		33.203
Administração		432		432		331		331
Total do Imobilizado em curso		55.726	-	55.726		33.534	-	33.534
Total Imobilizado		1.281.700	(276.399)	1.005.301		1.259.506	(246.367)	1.013.139
13.2 Movimentação do imobilizado								

	31/12/2023				31/12/2022		
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos (Nota 13.2.1)	Depreciações	Baixas (Nota 13.2.2)	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2023	
Imobilizado em serviço							
Terenos	759					759	
Reservatórios, barragens e adutoras	336.346		(8.318)			328.028	
Edificações, obras civis e benfeitorias	293.156		(7.628)			285.528	
Máquinas e equipamentos	348.826		(13.887)			334.939	
Veículos	174		(152)			22	
Móveis e utensílios	344		(45)			299	
Total do imobilizado em serviço	979.605	-	(30.030)	-	-	949.575	
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	26.903	23.143		(2.391)	791	48.446	
Outros	6.631	1.440		(791)	7.280		
Total do imobilizado em curso	33.534	24.583	-	(2.391)	-	55.726	
Total do imobilizado	1.013.139	24.583	(30.030)	(2.391)	-	1.005.301	

13.2.1 Ingressos		Do saldo de RS24.583, RS23.143 refere-se a ingressos em máquinas e equipamentos com substituições de tubulações, restauração, manutenção de geradores e equipamentos da unidade geradora 2.	
13.2.2 Baixas		A variação no exercício refere-se ao efeito de capitalização do custo desmobilização do pórtico e cubículo com o ressarcimento do seguro.	

14 Intangível		Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).	
		A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.	

17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida
BNDES	736.807	13/12/2012	716.790	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%. Ambos os índices serão apurados anualmente em 31 de dezembro.	TJLP + 1,86% a.a.
(-) BNDES - Custos de Transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031			

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.		Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa.	
O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$396.020 em 31 de dezembro de 2023 (R\$444.724 em 31 de dezembro de 2022).		A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.	

17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante							
Principal	52.674	(53.018)		53.016		407	53.079
Juros	1.504	(32.475)	32.251				1.280
Custo de transação	(80)			(69)	79	(70)	
	54.098	(85.493)	32.251	52.947	79	407	54.289
Não circulante							
Principal	390.546			(53.016)		4.132	341.662
Custo de transação	(280)			69			(211)
	390.266	-	-	(52.947)	-	4.132	341.451

Vencimento	
Circulante	
2024	54.289
	54.289
Não circulante	
2025	76.203
2026	72.404
2027	67.383
2028	63.616
2029 até 2031	61.845
	341.451
Total	395.740

18 Uso do Bem Público - UBPP						
Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).						
O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 14) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 3 de junho de 2011, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.						
A provisão do pagamento do UBPP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e estando as parcelas futuras atualizadas pelo indexador de inflação IGP-M e ajustado a valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6,86% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.						
Segue abaixo movimentação do exercício:						

	Valor líquido em 31/12/2022	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante						
Uso do Bem Público	3.024	6	(104)	(3.080)	2.976	2.822
	3.024	6	(104)	(3.080)	2.976	2.822
Não Circulante						
Uso do Bem Público	33.143	3.454	(2.254)		(2.976)	31.367
	33.143	3.454	(2.254)	-	(2.976)	31.367

14.1 Composição do intangível								
	31/12/2023				31/12/2022			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,78	18.939	(11.909)	7.030	25,78	10.181	(9.892)	289
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBPP	3,31	19.093	(5.798)	13.295	3,31	19.093	(5.165)	13.928
Direito de concessão - GSF	4,11	15.529	(1.646)	13.883	4,11	15.529	(1.008)	14.521
		53.561	(19.353)	34.208		44.803	(16.065)	28.738
Administração								
Software	20,00	576	(320)	256	20,00	406	(239)	167
Direito de concessão - Outros	3,31	584.274	(178.663)	405.611	3,31	584.274	(159.347)	424.927
		584.850	(178.983)	405.867		584.680	(159.586)	425.094
Total do Intangível em serviço		638.411	(198.336)	440.075		629.483	(175.651)	453.832
Intangível em curso								
Geração		346		346		297		297
Administração		261		261		142		142
Total do Intangível em curso		607	-	607		439	-	439
Total Intangível		639.018	(198.336)	440.682		629.922	(175.651)	454.271

14.2 Movimentação do intangível						
		Valor líquido	Ingressos	Transf. intangível	Valor líquido	
	Nota	em 31/12/2022	(Nota 14.2.4)	em serviço	em 31/12/2023	
Intangível em serviço						
Software		167		170	(81)	256
Direito de concessão - Licenças ambientais		289		8.758	(2.017)	7.030
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	14.2.1	13.928			(633)	13.295
Direito de concessão - GSF	14.2.2	14.521			(638)	13.883
Direito de concessão - Outros	14.2.3	424.927			(19.316)	405.611
Total do Intangível em serviço		453.832	-	8.928	(22.685)	440.075
Intangível em curso						
Outros Intangíveis em curso		439	9.096	(8.928)		607
Total do Intangível em curso		439	9.096	(8.928)	-	607
Total Intangível		454.271	9.096	-	(22.685)	440.682

